

PORT – ITA – Prova 2

A lei [14.382](#) de 2022 alterou os artigos [56](#) e [57](#) da [Lei de registros publicos](#), mais especificamente com relação a alteração de nomes e sobrenomes.

Com relação a alteração do nome, O artigo 56 dizia que os interessados em mudar de nome, teriam que fazê-lo no primeiro ano após atingir a maioridade civil, desde que não prejudicasse os apelidos de família, e tal alteração seria posteriormente averbada.

Agora, o artigo 56 diz o seguinte: *“a pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração do seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”*. Ou seja, não se fala mais em primeiro ano após atingir a maioridade, e também não se exige motivação ou justificativa para a alteração.

Observando-se que a alteração imotivada só pode ser feita pela via extrajudicial apenas uma vez. E se o oficial de registro suspeitar de alguma fraude, poderá negar a retificação.

Outra alteração na lei foi sobre a possibilidade de pessoas em união estável também poderem incluir o sobrenome do seu companheiro ou companheira. Para isso, antes da alteração da lei, era exigido no mínimo cinco anos de convivência e só o juiz poderia fazer por sentença.

Concluindo, é possível agora fazer a alteração de nome ou sobrenome através de cartório, de forma extrajudicial, no entanto, precisamos observar como a lei deixa uma discricionariedade grande para os oficiais de registros.

De fato, destacam-se três maneiras pelas quais a legislação trouxe possibilidades de alteração: mudança do nome de recém-nascidos até 15 dias após o registro pelos pais e alterações de prenome e sobrenome pela própria pessoa, ao atingir a maioridade.

No caso da mudança de nome do recém-nascido, os pais têm até 15 dias após o registro para solicitar essa alteração no cartório. Para efetuarem tal mudança, é necessário que ambos os pais estejam de acordo, apresentem a certidão de nascimento do bebê e seus documentos pessoais (CPF e RG). Importante ressaltar que, caso haja desacordo entre os pais, a questão será encaminhada ao sistema judiciário pelo cartório, cabendo a um juiz a decisão de autorizar ou não a alteração do nome da criança.

No que tange à modificação de prenome e sobrenome após a maioridade, é possível solicitar a mudança, sem necessidade de justificativa no caso de prenome, e mediante apresentação de documentos comprobatórios no caso de sobrenome.

A Lei 14.382/2022 trouxe algumas situações em que possibilitar-se-á a inclusão e exclusão de sobrenomes, mas a supressão de sobrenomes familiares não poderá ser realizada na via extrajudicial.

A possibilidade de incluir sobrenomes familiares, bem como a inclusão e exclusão de sobrenomes em decorrência de mudanças nas relações de filiação que se aplicam tanto aos descendentes quanto ao cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado, podem ser realizadas a qualquer tempo.

PORT – ITA – Prova 3

A Apostila é um certificado de autenticidade emitido por países signatários da Convenção da Haia, que é aposto em um documento público para atestar sua origem (assinatura, cargo de agente público, selo ou carimbo de instituição). Esse documento público apostilado será apresentado em outro país, também signatário da Convenção da Haia, uma vez que a Apostila só é válida entre países signatários.

A Apostila certifica apenas a origem do documento público, e não o próprio documento. Em outras palavras, ela certifica a autenticidade da assinatura (reconhecimento de firma) da pessoa, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele aposto. A Apostila não certifica o conteúdo do documento, nem deve ser utilizada para reconhecimento dentro do país em que foi emitida.

Somente podem ser apostilados documentos públicos ou aqueles de natureza particular que tenham sido previamente reconhecidos por notário ou autoridade pública competente, os quais têm fé pública.

O artigo 1º da Convenção estabelece serem documentos públicos: a) os documentos provenientes de uma autoridade ou de um agente público vinculados a qualquer jurisdição do Estado, inclusive os documentos provenientes do Ministério Público, de escrivão judiciário ou de oficial de justiça; b) os documentos administrativos; c) os atos notariais; d) as declarações oficiais apostas em documentos de natureza privada, tais como certidões que comprovem o registro de um documento ou a sua existência em determinada data, e reconhecimentos de assinatura.

A Convenção da Apostila não se aplica a documentos expedidos por agentes diplomáticos ou consulares.

Também estão excluídos documentos administrativos relacionados a operações mercantis ou alfandegárias, nos casos de documentos para os quais a legalização já não era necessária de acordo com as normas, acordos e entendimento em vigor. No caso de

documentos comerciais que costumam ser legalizados, o apostilamento poderá ser feito, o que ensejará a facilitação dos fluxos comércio e investimentos.

A autorização de nova serventia é ato discricionário da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado, conforme dispõe o art. 19 da Resolução CNJ n. 228/2016, que trata da interiorização da prestação do serviço público, e o Provimento n. 62/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Desse modo, o interessado deverá solicitar autorização para cadastramento à Corregedoria local, que deverá realizar estudo prévio acerca da viabilidade técnica e financeira, certificando se os serviços de notas e de registro da capital e do interior estão aptos a receber a autorização para prestação do serviço de apostilamento.

Somente após o trâmite nas Corregedorias Locais será repassado a esta Corregedoria Nacional eventual autorização expressa de habilitação da serventia e cadastramento dos prepostos no sistema Apostil.

PORT – ITA – Prova 1

O Plenário do Senado Federal aprovou nesta terça-feira (15), em dois turnos, a PEC [6/2018](#), que acaba com a possibilidade de perda automática da nacionalidade brasileira de quem obtém outra nacionalidade. O placar ficou com 76 votos a favor na votação em primeiro turno e 73 no segundo turno. Não houve votos contrários. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

— Essa proposta de emenda à Constituição é muito singela: ela evita que o brasileiro que mora fora, que trabalha fora, que tenha sua família fora e que tenha a necessidade de adquirir uma cidadania estrangeira venha a perder a cidadania brasileira— disse Antonio Anastasia antes das votações.

Carlos Viana ressaltou a importância da proposta que, segundo ele, vai trazer tranquilidade a milhões de brasileiros que têm uma segunda nacionalidade, vivem fora do país e estão sob risco de perder a nacionalidade brasileira.

— A legislação brasileira deixa um vácuo em vários aspectos, [permitindo] que uma pessoa que se torne cidadã de outro país possa até perder a nacionalidade brasileira, o que nós entendemos não ter sentido algum. A PEC do professor Antonio Anastasia apenas dá àqueles que tenham uma segunda naturalidade uma tranquilidade de não perderem a cidadania brasileira ou, em hipótese alguma, serem processados por isso — disse o relator.

De acordo com a proposta, a perda de nacionalidade brasileira ficará restrita a duas possibilidades:

- quando a naturalização for cancelada por sentença judicial em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- quando for feito um pedido expresso pelo cidadão ao governo brasileiro, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

De acordo com a legislação atual, perde a nacionalidade o brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional; ou que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

A proposta original estabelecia ainda que o brasileiro que tivesse renunciado à nacionalidade e quisesse recuperá-la deveria se submeter a um processo de naturalização. A emenda retirou essa exigência, estabelecendo apenas que “a renúncia da nacionalidade não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária”.

— Por exemplo, a pessoa que por uma decisão qualquer tenha aberto mão da cidadania brasileira e tenha se tornado estrangeira e, em determinado momento da vida, decida voltar a viver no Brasil, a legislação obriga essa pessoa a fazer uma nova naturalização. Ora, não há sentido. É brasileiro, nascido, tem suas ligações, sua cultura. É muito melhor que ele reassuma essa cidadania de uma forma automática. Então, essa lacuna fica sendo preenchida em relação a isso — explicou o relator.

ITA – PORT – Prova 3

Il responsabile dell'ufficio legale della Rappresentanza regionale UNHCR di Roma ha scritto a questo Ministero esprimendo preoccupazione in merito alle estreme lungaggini o addirittura al mancato rilascio da parte di alcune sedi diplomatiche all'estero delle dichiarazioni di valore in loco a favore di titolari di protezione internazionale. Nella missiva si sottolinea "il pregiudizio per i percorsi d'integrazione di alcuni beneficiari di protezione internazionale che avrebbero irrimediabilmente preclusa la possibilità di aver riconosciuto il proprio grado d'istruzione".

Analogamente, il Commissario per i Diritti Umani del Consiglio d'Europa Muiznieks, nel suo rapporto sulla sua visita in Italia nel luglio scorso, ha dichiarato di essere "stato informato che, per esercitare alcuni dei loro diritti, molti rifugiati e altri beneficiari della protezione internazionale sono tenuti a presentare alle autorità amministrative, determinati documenti o certificati che potrebbero non riuscire ad ottenere dai loro Paesi di origine. Tali obblighi possono ostacolare, per esempio, il loro diritto al riconoscimento dei titoli di studio e professionali, al ricongiungimento familiare, al matrimonio o all'ottenimento della cittadinanza italiana".

Si consideri inoltre che la nuova Direttiva 2011/95/UE del 13 dicembre 2011, recante norme sull'attribuzione a cittadini di paesi terzi o apolidi della qualifica di beneficiario di protezione internazionale, che dovrà essere recepita nell'ordinamento interno entro la fine del prossimo anno, ha introdotto principi di particolare favore nella disciplina del riconoscimento dei titoli di studio per i rifugiati. L'articolo 28, infatti, al comma 2 stabilisce che gli Stati membri si debbano adoperare "per agevolare il pieno accesso dei beneficiari di protezione internazionale a sistemi appropriati di valutazione, convalida e accreditamento dell'apprendimento precedente".

Date le evidenti difficoltà per i rifugiati nel poter acquisire documentazione originale del Paese di origine per l'impossibilità di accedere alle proprie autorità, la legislazione ha previsto un onere della prova attenuato a loro carico in molti procedimenti amministrativi, come ad esempio nei casi del riconoscimento dello status di rifugiato o del ricongiungimento familiare.

Poiché il rilascio delle dichiarazioni di valore in loco rientra fra i compiti istituzionali delle Rappresentanze italiane all'estero, sentita anche la DGIT, si pone la necessità d'individuare una soluzione pratica al problema, che permetta agli interessati di ricevere una risposta entro un tempo ragionevole.

Una soluzione potrebbe essere quella di ricorrere alla collaborazione di qualificato personale locale costì in servizio o del legale di fiducia della Sede che, avvalendosi della propria esperienza e della conoscenza dell'ordinamento scolastico ed accademico locale, possa provvedere ad effettuare un controllo sostanziale del titolo di studio sottoposto al suo esame, dichiarandone il grado di verosimiglianza e le caratteristiche proprie. Laddove la valutazione effettuata non riesca a giungere ad una conclusione certa, l'Amministrazione, alla luce anche del particolare approccio alla materia dell'asilo adottato dalla legislazione comunitaria e nazionale, potrà valutare l'opportunità di utilizzare, nelle sue determinazioni, un orientamento favorevole al rifugiato, la cui istanza andrà in ogni caso riscontrata entro i normali termini previsti dalla vigente normativa.

ITA – PORT – Prova 1

La legge del 1912, com'è noto, disponeva (art. 1) che fosse cittadino "per nascita" il figlio di padre cittadino (o, in certi casi, di madre cittadina). Disponeva, inoltre, (art. 12, comma primo) che i figli minori, non emancipati, di chi acquistasse la cittadinanza italiana, acquistassero essi stessi la cittadinanza italiana "salvo che, risiedendo all'estero, conservino secondo la legge dello Stato a cui appartengono, la cittadinanza straniera". La legge del 1983, invece, dispone (art. 5, comma primo) che "è cittadino italiano il figlio minore, anche adottivo, di padre cittadino o di madre cittadina".

Con parere reso il 14 novembre 1986, questa Sezione ha osservato che l'art. 5 della legge del 1983, stante l'ampiezza e la generalità della sua previsione, sostituisce entrambe le citate disposizioni della legge del 1912. In altre parole, secondo la nuova norma al minore si comunica, di diritto, la cittadinanza italiana del genitore senza distinguere se si tratti del padre o della madre o di entrambi, e senza distinguere, altresì, tra il caso che il genitore sia già cittadino al momento della nascita e il caso che divenga tale in prosieguo, purché prima che il figlio sia uscito di minorità.

La Sezione richiama, innanzi tutto, l'art. 5 della legge del 1983, a norma del quale, come si è visto "è cittadino italiano il figlio minore, anche adottivo, di padre cittadino o di madre cittadina". Ciò comporta che l'acquisto della cittadinanza da parte del minore si verifica *ope legis* per il solo fatto che l'acquisti uno dei due genitori, a nulla rilevando che i genitori o il minore risiedano in Italia o all'estero, che il minore conviva con l'uno o con l'altro dei genitori, che la patria potestà sia esercitata dall'uno o dall'altro di essi, e, infine, che il minore conservi o meno la cittadinanza di origine. Sicché, se uno solo dei genitori perde la cittadinanza italiana, mentre l'altro la conserva, pure il figlio minore la conserva. E ciò a prescindere, di nuovo, dal fatto che il minore risieda in Italia o all'estero, che conviva col genitore cittadino o con quello non cittadino, che la patria potestà sia esercitata dall'uno piuttosto che dall'altro dei genitori, e che il minore, a seguito dell'acquisto della cittadinanza straniera da parte del genitore, acquisti o meno, a sua volta, quella cittadinanza.

Pertanto, venendo meno lo *status civitatis* del genitore, viene meno anche quello del minore. Ma per coerenza col sistema della legge n. 123/83 si dovrà prescindere ancora dalla residenza del minore, dalla sua convivenza con l'uno o con l'altro dei genitori e dal fatto che la patria potestà sia esercitata dall'uno o dall'altro.

Ed invero, va considerato che l'acquisto di una cittadinanza straniera da parte del genitore non comporta necessariamente il simultaneo acquisto della stessa cittadinanza da parte del minore; ciò dipende, evidentemente, dalle normative straniere, che sul punto ben possono risultare difformi da quella italiana.

ITA – PORT – Prova 2

In relazione al progetto di digitalizzazione degli archivi consolari di cui ai messaggi in riferimento e per i quali si ringrazia codesta Direzione Generale, si segnala che questo Consolato Generale nel corso del 2019 aveva già condotto un'analisi preliminare su come procedere alla digitalizzazione del proprio archivio Consolare, giungendo infine a un'ipotesi di lavoro che si allega al presente messaggio.

Si riportano brevemente gli elementi principali e alcune considerazioni in merito al documento di progetto in allegato, anticipando che il processo di digitalizzazione è stato elaborato pensando alla struttura di questa sede.

1. Questo Consolato Generale custodisce ca 220.000 fascicoli (ciascuno in media di ca 500 pagine) che rappresentano, in termini lineari, ca 2 km di carte. Questo ci ha posto sin dall'inizio di fronte a un'alternativa operativa: dentro o fuori?

Se si considerano gli spazi disponibili all'interno dell'edificio e il numero di operatori che vi possono lavorare (indicativamente 9 digitatori - con scanner e postazioni per la trattazione del cartaceo), la proiezione in termini di tempo per completare la digitalizzazione è di almeno un decennio (al netto del distanziamento del Covid).

Ricorrendo invece a locali esterni di primarie aziende, dotate di dimensione e competenza sufficienti ad affrontare una digitalizzazione "massiva" e conforme agli standard ISO, l'operazione potrebbe essere conclusa in tempi ridotti, comunque superiori all'anno. Finora si era tuttavia scartata quest'ultima eventualità sia per il costo, sia per le implicazioni connesse alla cessione a terzi - seppur parziale e rotatoria - dell'archivio consolare. Ora, viste le disponibilità di bilancio, ci si pone seriamente la questione se farvi ricorso, implementando una digitalizzazione certamente più realistica ed efficace di una realizzata in 10 anni. Pertanto, su quest'ultimo punto, vale a dire se sia possibile e a quali condizioni far processare l'archivio consolare cartaceo da una impresa in locali esterni, ci si rimette alle indicazioni di codesto Ufficio, di cui si rimane a disposizione per eventuali delucidazioni.

2. Alla dimensione dell'archivio di questa sede va sommata la sua peculiarità. Ad avviso dello scrivente è imprescindibile un'attenta attività preparatoria dei documenti del fascicolo cartaceo, che raggruppa documenti prodotti in differenti epoche e relativi a vari singoli componenti dello stesso nucleo familiare. I tempi di preparazione del fascicolo e di attribuzione del nome e dei metadati ai singoli PDF sono difficilmente comprimibili. Considerando che i fascicoli in archivio sono composti da numerosi sottofascicoli si calcola che il tempo medio di digitalizzazione per fascicolo è di circa 60 minuti. Quella richiamata non è un'attività di svecchiamento - per la quale è necessario personale qualificato ad hoc oggi non disponibile (di ruolo o a contratto) - ma di organizzazione dei documenti in sottofascicoli rispecchiando fedelmente la struttura del SIFC.